Há 46 anos. Como o desconfinamento do povo de Lisboa deu início à revolução

Via RTP

"Quando a rua se fez rio", porque o povo de Lisboa corria nela como a água de diques rebentados, a Emissora Nacional já tinha difundido pelo menos três apelos dos capitães de Abril para toda a gente ficar em casa. Mas a hora não era, não podia ser, de confinamento.Dos vários apelos emitidos pela rádio que as tropas revoltosas tinham tomado, o primeiro registado numa antologia clássica de Orlando Neves é das 4h20 da madrugada:

"Aqui Posto de Comando das Forças Armadas. As Forças Armadas portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma".

Uma hora depois, às 5h15, novo comunicado dizia:

"Informa-se a população de que, no sentido de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher a suas casas, mantendo absoluta calma".

Decorrido pouco mais de duas horas, às 7h30, era emitido mais um apelo:

"O MFA prosseguirá a sua acção libertadora e pede à população que se mantenha calma e que recolha às suas residências".

Mais uma hora voltou a passar e o comunicado do MFA às 8h45 já denotava impaciência por não serem acatadas as suas ordens de confinamento:**"O Movimento das Forças Armadas verifica que a população civil não está a respeitar o apelo já efectuado várias vezes para se manter em casa".** E acrescentava: **"Pede-se mais uma vez à população que permaneça nas suas casas, a fim**

de não pôr em risco a sua própria integridade física”.O povo como escudo humano

Nas horas seguintes, a presença de milhares de pessoas nas ruas tornava-se um factor determinante nos acontecimentos. O vice-chefe do Estado Maior da Armada ordenava à fragata “Almirante Gago Coutinho” que se preparasse para fazer fogo sobre os blindados de Salgueiro Maia, no Terreiro do Paço, e sujeitava-se a ouvir do comandante a resposta de que a ordem era inexequível por aquela praça já se encontrar repleta de civis.

O brigadeiro Junqueira dos Reis retirava da Avenida Ribeira das Naus e da Rua do Arsenal com a sua robusta coluna de blindados, depois de ter visto igualmente desobedecidas as suas ordens para disparar sobre Salgueiro Maia. No caminho era aclamado pelo povo, mas comunicava ao Estado-Maior das Forças Armadas que estava a ser aclamado por engano: o povo de Lisboa tomava a sua coluna de blindados por uma unidade revoltosa.

Junqueira dos Reis, escaldado com o motim que as suas tropas esboçaram havia poucos instantes, receava agora um verdadeiro motim, dizia-se incapaz de disparar sobre o povo que o vitoriava e pedia ao Estado Maior “meios aéreos”, para levar a cabo essa sangrenta tarefa com a distância segura dos pilotos que não têm de encarar as vítimas cara a cara. No Estado Maior, os pedidos do brigadeiro já não foram atendidos e nem consta que ainda houvesse alguém para levá-los a sério.

Mas os mal-entendidos iam-se dissipando. Entre as tropas revoltosas e o povo de Lisboa, começava a improvisar-se todo um código de sinais, para que pudessem entender-se, mesmo à distância e sem palavras. O primeiro foi o dos cravos vermelhos, produto da inspiração genial de uma funcionária da limpeza, Celeste Martins Caeiro, durante muitos anos ignorada pela hagiografia dos heróis de Abril e um dia resgatada por uma investigação jornalística de Ana Sousa Dias.

Essa inspiração não terá sido só dela e correspondia

certamente a um impulso mais enraizado no povo de Lisboa, porque o próprio Salgueiro Maia contaria depois como as suas tropas, ao chegarem ao Rossio, foram presenteadas com cravos vermelhos pelas floristas que aí se encontravam. Seja como for, a adopção espontânea do símbolo da revolução correspondeu na altura à criação de um sinal de confraternização entre o povo e as tropas revoltosas. Mais ninguém aclamaria por engano tropas ainda indecisas ou pouco fiáveis.

No entretanto, vários ministros foram detidos. Às 14h15, o presidente do Governo, Marcello Caetano, já estava cercado no Quartel da GNR, no Largo do Carmo, na iminência de capitular, quando foi emitido um novo comunicado. Nesse momento, o MFA já se resignara à nova paisagem da cidade, com as ruas cheias de gente e limitava-se a recomendar, **“uma vez mais, a toda a população que se mantenha calma”**.O povo como protagonista: o fim da PIDE
Mas também essa recomendação vinha tarde e era deslocada. Em 48 anos de ditadura, o país fora submetido a uma calma forçada, com ocasionais explosões de revolta. Estivera sujeito ao confinamento pela censura, pelo partido único e pela polícia política. Sofrera a guerra colonial sem poder protestar e a emigração, muitas vezes a salto e sem possibilidade de regresso. Ninguém queria esperar de braços cruzados, ainda menos em casa, a ver quanto iria ser desmantelado da ditadura e quanto iria permanecer.

Desde logo, o MFA não cumpriu com a tarefa de neutralizar a PIDE. Jaime Neves recusara tomá-la como alvo no dia 25, alegando que se trataria de um objectivo demasiado perigoso. Sem grande convicção, uma unidade da Marinha comandada por Eugénio Cavalheiro dirigiu-se à Rua António Maria Cardoso para exigir a rendição da odiada polícia. Bastou o também oficial da Marinha Alpoim Calvão ter uma conversa com Cavalheiro, para convencê-lo a abandonar a missão

E foi preciso que o povo de Lisboa, de mãos nuas, tentasse o assalto da sede da PIDE, e pagasse essa tentativa com quatro

mortos e dezenas de feridos, para ficar traçada uma fronteira de sangue entre o MFA e os esbirros da polícia. A partir desse momento, estavam condenadas ao fracasso as veleidades de Spínola no sentido de manter a PIDE em funcionamento em Portugal (nas colónias conseguiu ainda mantê-la).

As declarações do general nessa noite, dizendo que já fora "chamada a atenção" da PIDE, de que não poderia voltar a abrir fogo sobre o povo, já soavam a tentativa desesperada de salvar uma corporação amiga. E, com efeito, no dia seguinte novamente uma unidade de fuzileiros sob as ordens do comandante Costa Correia se apresentou em frente da PIDE, disposta a fazer fogo, e obteve a rendição da polícia política. Os torcionários iriam parar à cadeia, a substituir os presos políticos da véspera.

Ao mesmo tempo, era também o povo na rua que torpedeava o plano de Spínola para conservar na prisão os presos políticos que tivessem participado na resistência armada contra o fascismo. Também essa veleidade teve de cair, perante a pressão combinada dos manifestantes no Forte de Caxias, da comissão de socorro aos presos políticos, e dos próprios presos, que recusaram a libertação com algo semelhante à actual consigna "Ninguém fica para trás" – naquele momento, sob a fórmula "Saem todos ou não sai ninguém".O desconfinamento como "desobediência qualificada"

Em suma, o povo de Lisboa tornara-se um actor espontâneo e imprevisto no teatro da revolução. Sem constar do *script*, ocupara o papel de protagonista. Ninguém se lembrara de incluí-lo na ordem de operações do MFA. Não tinha nenhum lugar atribuído na nova cadeia hierárquica, e pelos vistos não obedecia ao Posto de Comando da Pontinha. Nos meses seguintes, assim continuaria a ser.

E, no ano seguinte, José Saramago, recordando essas primeiras horas e dias, havia de comentar: "Quando, em 25 de Abril do ano passado, cada um de nós em sua casa, na perturbação

daquela madrugada, ouvíamos o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas dizer-nos que não saíssemos para a rua – que Revolução teria sido esta se, condicionados pelo medo fascista, obedientemente acatássemos a ordem? (…) O que, sim, importa é compreender que a Revolução portuguesa, verdadeiramente, começou com esse histórico acto de desobediência qualificada que foi a saída em massa para as ruas".

Ao desobedecer, o povo de Lisboa começava a mandar. E, por um momento, de Grândola a Lisboa, e de Lisboa ao resto do país, pareceu mesmo que era ele quem mais mandava. Obcecado com o espantalho de uma revolução em que o poder caísse na rua, Marcello Caetano exigiu ao capitão Salgueiro Maia a presença de um general a quem pudesse render-se. Assim se fez.
Na verdade, as manobras de bastidores tinham começado e começavam já a surtir o seu efeito. Nem todo o poder tinha caído na rua, nem Lisboa era a cidade ideal cantada por Zeca Afonso – havia mais quem mandasse. Mas o desconfinamento generalizado que culminou no milhão de manifestantes do primeiro 1º de Maio tinha-se tornado um factor político incontornável. Por um momento, por vários meses, por mais de um ano e meio, os golpes de secretaria deixaram de ser omnipotentes. Se o poder não tinha caído na rua, havia muito poder na rua.